



Com olho no crescimento estão esquecendo o desenvolvimento

Alexandre Santos

O crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo e, sim um instrumento de desenvolvimento social.

A avaliação dos rumos econômicos do governo Eduardo Campos requer a consciência de que o termo 'desenvolvimento' é uma questão aberta, pois, como reflete uma concepção do homem, uma visão do mundo, uma ideologia, cada um o define de forma enquadrada ao seu próprio modo de pensar e, assim, em função de opções políticas e objetivos pretendidos, pode designar situações e projetos diferentes. Enquanto humanistas associam 'desenvolvimento' a melhoria das condições de vida, plutocratas pensam o termo apenas como 'crescimento econômico' em projetos relacionados ao desempenho do mercado e, não a satisfação de necessidades sociais e ambientais. Nesse embalo, pouco se lixando para as preocupações humanistas, liberais de todos os matizes se referem a conjunturas de mero crescimento como 'desenvolvimento', em deliberado artifício semântico que cria um imaginário irreal naqueles que associam o termo 'desenvolvimento' a avanço social. Em termos práticos, o termo 'desenvolvimento' tem funcionado como uma armadilha ideológica para perpetuar relações assimétricas entre elites abastadas e multidões pobres e miseráveis.

É o que se vê hoje em Pernambuco, onde uma área de 'desenvolvimento' desvia a atenção do tenebroso presente que vivemos e esconde os perigos do futuro a que estamos sendo conduzidos. Com efeito, alimentados por fartos incentivos oficiais e apresentados como varinhas de condão, programas de mero crescimento vêm sendo implementados, especialmente na região de Suape – apresentada como plataforma de um largo núcleo de 'desenvolvimento' e vitrine do esforço 'desenvolvimentista' do governo. É bom deixar claro que o tipo de 'desenvolvimento' buscado pelo governo pernambucano é limitado, pois, em natural consequência da concepção política do modelo, do ponto de vista objetivo, a despeito dos núcleos de afluência que geram, projetos faraônicos, como refinarias, estaleiros, pólos e terminais, são inócuos contra a pobreza e tendem a agravar problemas sociais e ambientais, como observa-se nas favelas de Ipojuca e Petrolina e no baixo IDH verificado na região de Araripina.

A situação de Ipojuca – cidade que abriga o porto e o distrito mágico de Suape, com mais de 70 empresas e investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão, a encantadora praia de Porto de Galinhas e a segunda maior área de cultivo de cana-de-açúcar no Estado – é emblemática. Com tudo o que se fala de Suape e Porto de Galinhas, Ipojuca é uma cidade pobre com IDH de apenas 0,657 (44ª posição estadual) e Índice de Exclusão Social de 0,370 (39ª posição estadual). Palco do mais ambicioso projeto de 'desenvolvimento' estadual, Ipojuca assiste impotente a um programa de crescimento econômico arcando custos

ecológicos e prendas sociais e desfrutando apenas eventuais sobejos. Degradação ambiental e o surgimento e/ou agravamento de problemas sociais são sufocados pela euforia despertada pelo crescimento econômico que beneficia a alguns. Não há ipojucanos entre os proprietários das lojas que animam o viçoso comércio de Porto de Galinhas ou das empresas incentivadas de Suape. Uns poucos se desgrudam do marasmo que aflige os 60 mil ipojucanos e conseguem empregos em posições subalternas e mal remuneradas. Em Ipojuca, os forasteiros usam o porto de Suape, fazem negócios com as prósperas fábricas incentivadas e curtem a ensolarada Porto de Galinhas. Enquanto isso, a população local enfrenta a insegurança generalizada, brutal déficit habitacional, graves problemas de saneamento, contando apenas com 49 leitos em dois hospitais e 227 escolas da rede pública de ensino. Recentemente, depois de manifestar certo inconformismo com o contraste entre a pobre realidade municipal e a riqueza que circula em Suape e Porto de Galinhas, o prefeito Pedro Serafim alertou para o aumento do número de favelas na cidade e vaticinou que, em breve, a administração municipal passará a ser feita por 'estrangeiros', pois são poucos os ipojucanos em condições de enfrentar os concursos públicos exigidos em lei. Esta situação tende a se agravar com o aumento da demanda por serviços públicos provocado pelas levas imigrantes que, atraídas pelo crescimento econômico da região, vão formar um exército de reserva para suprir as necessidades de mão-de-obra das empresas. Se nada for feito no sentido de re-direcionar o enfoque do governo em relação ao 'desenvolvimento', inclusive com adoção de mecanismos de gestão ambiental e políticas públicas eficazes, Ipojuca está fadada a ser uma das maiores favelas da América Latina. Felizmente ainda há como evitar este futuro. Basta que o governo entenda que o crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo e, sim um instrumento de desenvolvimento social.